

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.866 - RS (2015/0321449-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : MARIA OZONIA ALCARRAZ RIBEIRO
AGRAVANTE : MARIA VERONI LARA KULMANN
AGRAVANTE : MARISILDA BERTONI DA SILVA
AGRAVANTE : MARLENE CONCEICAO TRINDADE
AGRAVANTE : SENI CAMARGO MACHADO
AGRAVANTE : SELIRIA AUGUSTA DE SOUZA
AGRAVANTE : TEREZINHA DA SILVA
AGRAVANTE : VERA REGINA FOGACA DA SILVA
AGRAVANTE : ZILDO DIAS PEREIRA
ADVOGADOS : OTÁVIO GUILHERME ELY E OUTRO(S) - RS016240
AUGUSTO OTAVIO STERN E OUTRO(S) - RS010510
ANDRE VIEIRA STERN - RS067257
MARCELA BREDI BAUMGARTEN E OUTRO(S) - RS064571
BRUNA DA SILVA BANDARRA E OUTRO(S) - RS075033
AGRAVADO : SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - RS013449
ROSÂNGELA DIAS GUERREIRO - RJ048812
DEBORA OLIVEIRA BARCELLOS - RS043524
MARCIA ADRIANA RAMOS E OUTRO(S) - RS068267
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CLÓVIS KONFLANZ - RS022871

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto contra a decisão por intermédio da qual neguei seguimento a recurso especial em que se discute a responsabilidade securitária por danos estruturais verificados em imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH e com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, notadamente sobre a existência de interesse da Caixa Econômica Federal na lide.

Brevemente relatado, decido.

Estando pendente o julgamento do agravo, sobreveio a notícia de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE n. 827.996/DF, decidiu, em 5/10/2018 e por maioria de votos, reconhecer a repercussão geral da matéria relativa a saber se a Caixa Econômica Federal detém interesse jurídico para ingressar, como parte ou terceira interessada, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito

do SFH e, consequentemente, se competiria à Justiça Federal o processamento de julgamento de ações dessa natureza.

Dado esse fato superveniente, o encaminhamento que agora se apresenta — seja por razões de economia processual, seja como forma de prevenir o indesejado surgimento de decisões conflitantes da Suprema Corte e deste Tribunal sobre a matéria — é o retorno deste processo ao Tribunal de origem, onde deverá esperar a conclusão do julgamento do referido recurso extraordinário.

Ante o exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 1.051-1.054, ficando prejudicado, em consequência, o agravo regimental.

Determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, a fim de que lá permaneçam suspensos no aguardo da publicação do acórdão do RE n. 827.996/PR, quando então deverão ser adotadas, conforme o caso, as diretivas previstas nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator